

Sumário

Nota do Coordenador	5
---------------------------	---

PARTE GERAL E PROCESSO COLETIVO

Capítulo 1 ► A tutela dos direitos coletivos deve ser preservada no Novo Código de Processo Civil: o modelo combinado de remédios e direitos como garantia de tutela	23
<i>Hermes Zaneti Jr.</i>	

1. COLETIVISTAS E INDIVIDUALISTAS. GENERALIDADES.....	23
1.1. TEORIA DO INTERESSE (INTEREST THEORY) E TEORIA DA ESCOLHA (CHOICE THEORY).....	24
1.2. CONSTANTE HISTÓRICA: DESENVOLVIMENTO DA TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS	25
2. QUAL SOCIEDADE? LITÍGIOS COMPLEXOS E CONFLITUOSIDADE INTERNA DO OBJETO.....	28
3. DOS DIREITOS SUBJETIVOS INDIVIDUAIS ÀS SITUAÇÕES E POSIÇÕES JURÍDICAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS MERECEDORAS DE TUTELA (RIGHTS AND REMEDIES): A TÉCNICA CASUÍSTICA (RIGHTS) AO LADO DA NECESSIDADE DE TUTELA (REMEDIES).....	30
4. JURISDIÇÃO E LEGISLAÇÃO: REMEDIES PRECEDE RIGHTS E A (RE)CONSTRUÇÃO DE POSIÇÕES JURÍDICAS PELA JURISDIÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL (VERDADE DOS FATOS E VERDADE JURÍDICA)	33
5. UM NOVO MEIO DE JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS: MODELO COMBINADO DE REMÉDIOS/AÇÕES (REMEDIES PRECEDE RIGHTS) E DIREITOS SUBJETIVOS (RIGHTS PRECEDE REMEDIES).....	41
6. CONCLUSÃO	47

Capítulo 2 ► Tipologia dos litígios transindividuais: um novo ponto de partida para a tutela coletiva	49
<i>Edilson Vitorelli</i>	

1. A HISTÓRIA DE UM PROBLEMA.....	49
2. INSUFICIÊNCIA CONCEITUAL RELATIVA AOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS	51
3. PROPOSTA PARA UM CONCEITO SOCIOLOGICAMENTE ORIENTADO DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS.....	56
4. CONCEITO DE SOCIEDADE	59
5. TITULARIDADE DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E O DOGMA DA INDIVISIBILIDADE.....	71
6. A CONFLITUOSIDADE.....	79
7. UM NOVO CONCEITO DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS	84
7.1. PREMISSAS PARA UMA NOVA CONCEITUAÇÃO: DOS DIREITOS AOS LITÍGIOS TRANSINDIVIDUAIS	86
7.2. A INCERTEZA E OS LITÍGIOS TRANSINDIVIDUAIS	88
7.3. LITÍGIOS TRANSINDIVIDUAIS DE DIFUSÃO GLOBAL.....	89
7.4. LITÍGIOS TRANSINDIVIDUAIS DE DIFUSÃO LOCAL.....	93
7.5. LITÍGIOS TRANSINDIVIDUAIS DE DIFUSÃO IRRADIADA.....	97
8. CONCLUSÃO	105

Capítulo 3 ► A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil de 2015...	109
<i>Eduardo Talamini</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	109
2. TRÊS FENÔMENOS MODERNOS.....	110
2.1. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS “DE TERCEIRA GERAÇÃO”: DIREITOS DIFUSOS.....	110
2.2. O PLURALISMO PARTICIPATIVO: DIREITOS COLETIVOS.....	110
2.3. A SOCIEDADE DE MASSAS: DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	111
3. A PRETENSA DISTINÇÃO ESSENCIAL ENTRE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E DIREITOS COLETIVOS (E DIFUSOS).....	112
3.1. TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS X TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS.....	112
3.2. DECORRÊNCIAS.....	112
3.2.1. LEGITIMAÇÃO ATIVA E INTERESSE JURÍDICO.....	112
3.2.2. COISA JULGADA.....	114
4. O INSIGHT DE ALCIDES MUNHOZ DA CUNHA.....	116
5. O SUBSTRATO JURÍDICO-MATERIAL COLETIVO NAS AÇÕES DE TUTELA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS – A REGRA DO ART. 100 DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR.....	117
6. O DIREITO MATERIAL E O PROCESSO.....	119
7. DECORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA AÇÃO COLETIVA.....	120
7.1. LEGITIMIDADE ATIVA.....	120
7.2. ADEQUAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA.....	121
7.3. COISA JULGADA.....	122
8. OS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	123
8.1. O PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS (JULGAMENTOS “POR AMOSTRAGEM”).....	123
8.2. O SUBSTRATO JURÍDICO-MATERIAL DIFUSO.....	124
8.3. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	125
8.3.1. OS MECANISMOS DE JULGAMENTO POR AMOSTRAGEM.....	125
8.3.2. A CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM COLETIVA.....	127
8.3.3. DEVER JUDICIAL DE NOTIFICAÇÃO DE LEGITIMADOS PARA AÇÃO COLETIVA (ART. 139, X).....	128
9. CONCLUSÃO.....	129
Capítulo 4 ► O processo coletivo refém do individualismo.....	133
<i>Fernando da Fonseca Gajardoni</i>	
1. PROCESSO COLETIVO E IDEOLOGIA.....	133
2. TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E TUTELA COLETIVA DE DIREITOS.....	135
3. TUTELA DOS DIREITOS/INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E SENTENÇA GENÉRICA.....	141
4. AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE DA SENTENÇA COLETIVA.....	145
5. NATUREZA DA LEGITIMAÇÃO ATIVA.....	146
6. DANO MORAL COLETIVO (DIFUSO).....	151
7. CONCLUSÃO.....	156

Capítulo 5 ► As ações coletivas após o novo Código de Processo Civil: para onde vamos?.....	157
<i>Andre Vasconcelos Roque</i>	
1. DE ONDE VIERAM AS AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL?.....	157
2. AVANÇOS E RETROCESSOS NA TUTELA COLETIVA.....	160
3. PARA ONDE VAMOS?	171
3.1. O MICROSSISTEMA DOS PROCESSOS COLETIVOS.....	171
3.2. RUMO À CODIFICAÇÃO?	173
3.3. O IRDR DO NOVO CPC: FIM DAS AÇÕES COLETIVAS?	178
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
Capítulo 6 ► O processo coletivo e o Código de Processo Civil de 2015.....	185
<i>Hugo Nigro Mazzilli</i>	
Capítulo 7 ► A previsão das medidas estruturantes no artigo 139, IV, do novo Código de Processo Civil brasileiro	215
<i>Marco Félix Jobim</i>	
INTRODUÇÃO.....	215
1. BROWN V. BOARD OF EDUCATION OF TOPEKA, 347 U.S. 483 (1954).....	217
1.1. BROWN V. BOARD OF EDUCATION OF TOPEKA: DECISÃO E SEUS EFEITOS	223
2. AS MEDIDAS ESTRUTURANTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	230
2.1. O ARTIGO 139, INCISO IV, DO NOVO CPC.....	231
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
Capítulo 8 ► A legitimação para celebração de compromisso de ajustamento de conduta e para sua execução	235
<i>Rochelle Jelinek</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	235
2. DA LEGITIMIDADE PARA FIRMAR COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	236
3. DA EFICÁCIA DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	240
4. DA LEGITIMIDADE ATIVA PARA EXECUÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO	243
5. CONCLUSÕES.....	244
Capítulo 9 ► A garantia do contraditório prévio no novo Código de Processo Civil: repercussões na tutela coletiva	247
<i>Américo Bedê Júnior e Juliana Justo B. Castello</i>	
1. INTRODUÇÃO. NORMA HETEROTÓPICA. A NORMA DO ARTIGO 10 COMO REGRA GERAL PARA TODOS OS RAMOS DO PROCESSO.....	247
1.1. CONTRADITÓRIO, PROCESSO E ARGUMENTAÇÃO	250
1.1.1. ART. 10 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL É NOVO? A VITÓRIA LEGISLATIVA DE UMA COMPREENSÃO MAIS ADEQUADA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	251

SUMÁRIO

1.1.2.	ART. 489 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – A MANIFESTAÇÃO PRÉVIA COMO FORMA DE VIABILIZAR UMA FUNDAMENTAÇÃO MAIS ADEQUADA DAS DECISÕES	252
1.2.	TUTELA COLETIVA: PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO COLETIVO	254
1.2.1.	INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO PEDIDO E DA CAUSA DE PEDIR NO CONTENCIOSO COLETIVO	255
1.2.2.	O PROCESSO COLETIVO COMO LOCUS PRIVILEGIADO PARA O EXERCÍCIO PRÉVIO DO CONTRADITÓRIO.....	258
1.3.	CONCLUSÃO. O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO PRÉVIO E A POSSIBILIDADE DE UM CONTROLE INTERSUBJETIVO DE VALIDADE E CONFIABILIDADE.....	259
 Capítulo 10 ► O contraditório no processo coletivo: amicus curiae e princípio da cooperação.....		263
<i>Jordão Violin</i>		
1.	O CONTRADITÓRIO COMO FEIXE DE DIREITOS E DEVERES.....	263
2.	O DIREITO DE INFORMAÇÃO: UM PROBLEMA AINDA PENDENTE.....	265
3.	DIREITO DE REAÇÃO E DIREITO DE INFLUÊNCIA: A REPERCUSSÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NAS AÇÕES COLETIVAS	269
4.	INTERVENÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÕES COLETIVAS?.....	271
5.	O AMICUS CURIAE NO PROCESSO COLETIVO	274
6.	OS DEVERES DE COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	278
7.	CONCLUSÃO	282
 Capítulo 11 ► Novo Código de Processo Civil e o microsistema de processos coletivos: uma análise do art. 18		285
<i>Susana Cadore Nunes Barreto</i>		
1.	A DESCODIFICAÇÃO DO CÓDIGO BUZAID E A RECODIFICAÇÃO ATRAVÉS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	285
2.	NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UM SISTEMA GERAL OU INDIVIDUAL?	286
3.	A REDAÇÃO DO ART. 18 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	291
3.1.	UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA	292
3.2.	A APLICAÇÃO DO ART. 18 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ÀS AÇÕES COLETIVAS HOMOGENEIZANTES.....	294
3.3.	A APLICAÇÃO DO ART. 18 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ÀS AÇÕES TRANSINDIVIDUAIS.....	299
4.	CONCLUSÕES.....	304
 Capítulo 12 ► Ação coletiva passiva: uma análise quanto à formação do grupo demandado		305
<i>Márcia Vitor de Magalhães e Guerra</i>		
1.	AÇÃO COLETIVA PASSIVA: FIXANDO PREMISSAS PARA UMA DEFINIÇÃO	305
2.	AS DEFENDANT CLASS ACTIONS	308
3.	MODELO DE LEGITIMIDADE NA AÇÃO COLETIVA PASSIVA: OPE LEGIS OU OPE JUDICIS.....	311
4.	REPRESENTAÇÃO ADEQUADA.....	312
5.	AÇÃO COLETIVA PASSIVA EM FACE DE ENTES NÃO LEGITIMADOS	315
6.	DA RECONVENÇÃO E A REGRA DO ART. 343, § 5º, DO NOVO CPC.....	317
7.	CONCLUSÕES.....	317

Capítulo 13 ► As convenções processuais e o termo de ajustamento de conduta	319
<i>Antonio do Passo Cabral</i>	
1. INTRODUÇÃO. CONVENCIONALIDADE NO DIREITO PÚBLICO.....	319
2. A TENDÊNCIA DE CONVENCIONALIDADE NO DIREITO PENAL E SANCIONADOR.....	323
3. A POSSIBILIDADE DE NEGOCIAÇÃO EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	324
4. AÇÕES COLETIVAS E TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	326
5. O NOVO CPC E OS MECANISMOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO DOS LITÍGIOS.....	327
6. A DIFERENÇA ENTRE NEGÓCIOS PROCESSUAIS E NEGÓCIOS DE DIREITO MATERIAL. A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO NÃO IMPEDE A NEGOCIAÇÃO SOBRE O PROCESSO.....	328
7. A RESOLUÇÃO Nº 118/2014 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	329
8. CONCLUSÃO	332
Capítulo 14 ► Autocomposição no novo CPC e nas Ações Coletivas.....	333
<i>Alexandre Amaral Gavronski</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	333
2. AUTOCOMPOSIÇÃO: CONCEITO E INSERÇÃO NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA.....	334
3. AUTOCOMPOSIÇÃO NO NOVO CPC.....	338
4. A AUTOCOMPOSIÇÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E NAS DEMAIS AÇÕES COLETIVAS.....	344
5. A CORRETA COMPREENSÃO SOBRE A INDISPONIBILIDADE DOS DIREITOS COLETIVOS PELOS LEGITIMADOS POR LEI A DEFENDÊ-LOS	348
6. INDISPONIBILIDADE E POSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO (E NÃO TRANSAÇÃO) EM TUTELA COLETIVA...	350
7. A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS COMO OBJETO DA AUTOCOMPOSIÇÃO NAS CONTROVÉRSIAS E LIDES COLETIVAS E A DISTINÇÃO EM FACE DA DISPOSIÇÃO DESSES DIREITOS.....	352
8. O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA LEI E DO JUIZ DA CAUSA NA CORREÇÃO DA AUTOCOMPOSIÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS	356
9. OS INSTRUMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DA AUTOCOMPOSIÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS.....	358
10. UM OLHAR PARA O FUTURO: A NECESSÁRIA MUDANÇA DE MENTALIDADE.....	359
Capítulo 15 ► Poderes do juiz no processo coletivo: diálogos entre o CPC e o Projeto “Gidi”.....	363
<i>Leonardo Gonçalves Juzinskas</i>	
1. DO OBJETO DO TRABALHO	363
2. OS PODERES JUDICIAIS NO PROCESSO	364
3. FASES DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	366
4. PODERES-DEVERES JUDICIAIS NO PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO COLETIVO “GIDI” E O CPC DE 2015 ..	376
4.1. CERTIFICAÇÃO DA AÇÃO	380
4.2. AMPLIAÇÃO DO OBJETO LITIGIOSO DE OFÍCIO	382
4.3. ESCOLHA DA ADEQUADA NOTIFICAÇÃO COLETIVA.....	385
4.4. CONTROLE JUDICIAL DA REPRESENTAÇÃO ADEQUADA	388
4.5. DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA	389
5. O CPC/2015 E O PROCESSO COLETIVO. PODERES-DEVERES E A LITIGÂNCIA DE DIREITO PÚBLICO.....	392
6. REFERÊNCIAS	396

Capítulo 16 ► Notificação da ação individual para efeitos coletivos no novo CPC brasileiro. Alguns aspectos jurídicos.....	399
<i>Artur César de Souza</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	399
2. CONCEPÇÃO IDEOLÓGICA DO CPC DE 1973.....	400
3. CONCEPÇÃO IDEOLÓGICA DO NOVO C.P.C. BRASILEIRO (LEI 13.105/2015).....	402
4. O “PEDIDO NA DEMANDA INDIVIDUAL” COMO CRITÉRIO LEGITIMADOR DA NOTIFICAÇÃO A SER FEITA PELO JUIZ DO PROCESSO INDIVIDUAL	402
5. NOTIFICAÇÃO DA DEMANDA INDIVIDUAL EM FACE DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	407
Capítulo 17 ► A perda da oportunidade de coletivização do processo contra o poder público no novo Código de Processo Civil.....	413
<i>Dalton Santos Morais</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	413
2. A CONCEPÇÃO INDIVIDUALISTA DO NCPC PROJETADO E A TENTATIVA DE COLETIVIZAR O PROCESSO DURANTE SUA TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA.....	414
3. AS INTERPRETAÇÕES SOBRE AS RAZÕES DO VETO E A INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ART. 333 DO NCPC PROJETADO	416
4. A OPORTUNIDADE PERDIDA PARA A SOLUÇÃO ÚNICA DE DEMANDAS DE MASSA, ESPECIALMENTE AS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO, COM O VETO DO ART. 333 DO NCPC PROJETADO.....	420
5. CONCLUSÕES.....	427
Capítulo 18 ► Ministério Público e despesas processuais no novo Código de Processo Civil.....	429
<i>Ricardo de Barros Leonel</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	429
2. O REGIME DO CPC/1973.....	430
3. O REGIME DA LEGISLAÇÃO ATINENTE AO PROCESSO COLETIVO.....	431
4. O REGIME DO CPC/2015.....	433
5. A SOLUÇÃO DO APARENTE CONFLITO DE NORMAS	436
6. A INTERPRETAÇÃO ACEITÁVEL E CONFORME AO SISTEMA JURÍDICO.....	438
7. CONCLUSÃO	439
Capítulo 19 ► Defensoria pública, proteção ambiental e novo Código de Processo Civil	441
<i>Tiago Fensterseifer</i>	
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DEFENSORIA PÚBLICA, DIREITOS COLETIVOS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	441
2. A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A ATUAÇÃO COLETIVA EM DEFESA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE	448
2.1. O DIREITO DE TITULARIDADE DOS INDIVÍDUOS E GRUPOS SOCIAIS NECESSITADOS A VIVER EM UM AMBIENTE SADIO, EQUILIBRADO E SEGURO À LUZ DO MARCO JURÍDICO SOCIOAMBIENTAL ESTABELECIDO PELA CF/1988.....	448
2.2. OS INDIVÍDUOS E GRUPOS SOCIAIS NECESSITADOS EM TERMOS (SOCIO)AMBIENTAIS (E OS REFUGIADOS OU DESLOCADOS AMBIENTAIS): UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA (SOCIO)AMBIENTAL	453
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	455

SUMÁRIO

Capítulo 20 ► O Ministério Público e o processo coletivo no novo Código de Processo Civil.....	457
<i>Márcio Soares Berclaz e Millen Castro Medeiros de Moura</i>	

Capítulo 21 ► O Princípio da Eficiência no Processo Coletivo – Constituição, Microsistema do Processo Coletivo e Novo Código de Processo Civil	471
<i>Fabiano Carvalho</i>	

1. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA: DA CONSTITUIÇÃO AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	471
2. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA: DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO MICROSSISTEMA DO PROCESSO COLETIVO	478
3. SÍNTESE CONCLUSIVA	484

PARTE ESPECIAL E PROCESSO COLETIVO

Capítulo 22 ► Deveres de produção de provas, o novo CPC brasileiro e o Ministério Público no âmbito cível.....	489
<i>Vitor de Paula Ramos</i>	

INTRODUÇÃO.....	489
1. BASES TEÓRICAS	490
1.1. DISTINÇÃO ENTRE ÔNUS E DEVER: UM PROBLEMA DE TEORIA DO DIREITO.....	490
1.2. A IMPORTÂNCIA DA COMPLETEZ DO MATERIAL PROBATÓRIO PARA A BUSCA DA VERDADE.....	494
2. O MINISTÉRIO PÚBLICO E O DEVER DE PROVA.....	496
2.1. A PROVA COMO ATIVIDADE: O DEVER DE PRODUIZIR PROVAS, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE E O MINISTÉRIO PÚBLICO	496
2.2. A PROVA COMO RESULTADO: STANDARDS DE PROVA, INSUFICIÊNCIA E REGRA DE JULGAMENTO: O DEVER JUDICIAL DE JULGAR A DEMANDA CONFORME A REGRA EM CASO DE INSUFICIÊNCIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO	502
2.3. OS LIMITES AO DEVER DE PROVA	506
3. CONCLUSÕES.....	508

Capítulo 23 ► O CPC-2015 e a reconvenção em processo coletivo	511
<i>Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	511
2. DELINEANDO A MUDANÇA DOGMÁTICA DO ART. 343, § 5º DO CPC/2015.....	512
3. EXEMPLOS: AÇÃO POPULAR E SINDICATOS.....	513
4. INADMISSIBILIDADE DA RECONVENÇÃO QUANTO ÀS PRETENSÕES EM FACE DO SUBSTITUTO PROCESSUAL E POR AUSÊNCIA DE ADEQUADA REPRESENTAÇÃO.....	514
5. CONCLUSÃO	514

Capítulo 24 ► As soluções para demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil e suas implicações para o processo coletivo	515
<i>Karol Araújo Durço</i>	

1. INTRODUÇÃO.....	515
2. A BUSCA POR JULGAMENTOS COLETIVOS PARA DEMANDAS DE MASSA: OS DIREITOS COLETIVOS E A PULVERIZAÇÃO DE DEMANDAS IDÊNTICAS DE DIREITO INDIVIDUAL	517
2.1. O PROCESSO COLETIVO: A SOLUÇÃO PROCESSUAL PARA CONFLITOS DE DIREITO COLETIVO MATERIAL.....	517
2.2. DEMANDAS REPETITIVAS: AS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO SOB A ÓTICA DO PROCESSO INDIVIDUAL.....	518

SUMÁRIO

2.2.1.	JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA (ART. 285-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; ART. 332 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL)	519
2.2.2.	JULGAMENTO POR AMOSTRAGEM DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL (ARTS. 543-B E 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; ARTS. 1.036 AO 1.041 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL).....	521
3.	O INCIDENTE DE DEMANDAS REPETITIVAS CONFORME PREVISTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ...	524
3.1.	DEFINIÇÃO.....	525
3.2.	OS LEGITIMADOS	525
3.3.	OS REQUISITOS	527
3.4.	O PROCEDIMENTO	528
3.5.	A ABRANGÊNCIA.....	530
3.6.	OS EFEITOS.....	530
4.	AS IMPLICAÇÕES DAS SOLUÇÕES PARA DEMANDAS REPETITIVAS DO NOVO CÓDIGO PARA O PROCESSO COLETIVO	532
4.1.	UMA COLETIVIZAÇÃO ÀS AVESSAS	532
4.2.	A COMPLEMENTARIEDADE DOS INSTRUMENTOS.....	533
5.	CONCLUSÃO	533

Capítulo 25 ► Ações coletivas e incidente de resolução de demandas repetitivas: algumas considerações sobre a solução coletiva de conflitos **535**
Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Larissa Clare Pochmann da Silva

INTRODUÇÃO.....	535
1. A SOLUÇÃO COLETIVA DE CONFLITOS NO DIREITO NACIONAL E COMPARADO: ALGUMAS NOTAS.....	536
2. O PAPEL DOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS COLETIVOS	545
3. CABIMENTO.....	549
4. NATUREZA JURÍDICA	551
5. CUSTAS	552
6. LEGITIMIDADE	552
7. COMPETÊNCIA.....	554
8. ADMISSIBILIDADE	555
9. CADASTRO DE PROCESSOS	556
10. SUSPENSÃO DO PROCESSO	558
11. CONTRADITÓRIO E INSTRUÇÃO.....	560
12. JULGAMENTO E RECURSOS	561
13. A VINCULAÇÃO E A COISA JULGADA.....	563
14. EXECUÇÃO	565
15. O CARÁTER COMPLEMENTAR DOS INSTITUTOS	566

Capítulo 26 ► O incidente de resolução de demandas repetitivas e o trato da litigiosidade coletiva **567**
Gustavo Milaré Almeida

1. INTRODUÇÃO.....	567
2. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	569
2.1. A INSPIRAÇÃO ALEMÃ E SEU PROCEDIMENTO	569
2.2. SISTEMÁTICA LEGAL NO NCPC.....	571

SUMÁRIO

3.	IRDR E A TUTELA COLETIVA	574
4.	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	579

Capítulo 27 ► O incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil **581**

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Sofia Temer

1.	INTRODUÇÃO.....	581
2.	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: DEMANDAS REPETITIVAS E TÉCNICA PROCESSUAL DIFERENCIADA	582
3.	ORIGENS DO INSTITUTO: A GROUP LITIGATION ORDER DO DIREITO INGLÊS, O MUSTERVERFAHREN DO DIREITO ALEMÃO E MECANISMOS ASSEMELHADOS DO DIREITO BRASILEIRO	584
4.	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	586
4.1.	NATUREZA E CABIMENTO DO INCIDENTE.....	586
4.2.	INSTAURAÇÃO E FORMAÇÃO DO INCIDENTE.....	591
4.2.1.	LEGITIMADOS PARA INSTAURAR O INCIDENTE.....	591
4.2.2.	A FORMAÇÃO DO PROCEDIMENTO-MODELO	598
4.3.	O JUÍZO DE ADMISSÃO DO INCIDENTE E SEUS EFEITOS.....	600
4.3.1.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	600
4.3.2.	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE	601
4.3.3.	SUSPENSÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DISTINÇÃO DO CASO (DISTINGUISHING).....	603
4.3.4.	PROSSEGUIMENTO PARCIAL DO PROCESSO SOBRESTADO.....	609
4.4.	JULGAMENTO DO INCIDENTE.....	609
4.4.1.	PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA FORMAÇÃO DA DECISÃO PADRÃO.....	610
4.4.2.	A FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO PADRÃO.....	613
4.4.3.	INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA A DECISÃO PROFERIDA NO INCIDENTE.....	613
4.5.	APLICAÇÃO DA TESE JURÍDICA	617
4.6.	REVISÃO DA TESE FIRMADA NO INCIDENTE	620
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	622

Capítulo 28 ► Técnicas individuais de repercussão coletiva x técnicas coletivas de repercussão individual. Por que estão extinguindo a ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos? **623**

Marcelo Abelha Rodrigues

1.	OBJETO DESTE ENSAIO.....	623
2.	O QUE SÃO, COMO SURTIRAM E ONDE SE INSEREM AS TÉCNICAS INDIVIDUAIS DE REPERCUSSÃO COLETIVA (TIRC) E TÉCNICAS COLETIVAS DE REPERCUSSÃO INDIVIDUAL (TCRI)	624
3.	COMPARAÇÃO DAS TIRC COM TCRI: A MANIFESTAÇÃO DE ALGUNS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	629
4.	A QUEM INTERESSA A SUBSTITUIÇÃO DAS TCRI PELAS TIRC? UM DURO GOLPE AOS HIPOSSUFICIENTES E AO PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONAL	634
5.	OUTRAS QUESTÕES QUE DEMONSTRAM A VANTAGEM DA TCRI EM RELAÇÃO A TIRC.....	636
6.	CONCLUSÃO	638
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	639